

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.637 - TO (2018/0091284-0)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**  
**ADVOGADOS : JUVENAL KLAYBER COELHO - TO000182A**  
**DARLAN GOMES DE AGUIAR - TO001625**  
**RECORRIDO : SEVERINO TEÓFILO DE FARIAS**  
**ADVOGADO : RANIERY ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA -**  
**TO004018**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Trata-se de Recurso Especial interposto pelo **MUNICÍPIO DE ITAGUATINS**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 171/172e):

**APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.**

*1. Para as execuções contra a Fazenda Pública a regra geral é que o prazo prescricional de 05 (cinco) anos tem como termo a quo a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, podendo ser interrompido uma única vez, passando então a correr pela metade (art. 3º do Decreto-Lei nº 4.597/42 e arts. 8º e 9º do Dec. 20.910/1932).*

*2. Ainda que se considerasse o prazo prescricional pela metade, a embargada teria dois anos e meio para ajuizar a respectiva execução a partir da data do último ato processual, ou seja, do termo de audiência realizado na data de 09/05/2013, e o fez antes do fim do alusivo prazo, no dia 25/08/2015.*

**MÉRITO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELO PAGAMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO.**

*3. É ônus do ente público provar a quitação do débito relativo a verbas salariais, por meio de documento hábil, o qual não foi apresentado pelo apelante. Não logrando provar o pagamento da dívida, ônus que lhe incumbia por determinação do art. 373, II, do CPC/2015, deve suportar o ônus da condenação.*

**HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. APRECIÇÃO EQUITATIVA. ADEQUAÇÃO AO TRABALHO EXERCIDO PELO PROFISSIONAL E ÀS PECULIARIDADES DA CAUSA.**

*4. Segundo o permissivo legal trazido no § 8º do art. 85 do CPC/2015, é admitida a fixação dos honorários advocatícios por apreciação equitativa, vale dizer, não vinculada a percentuais, na hipótese do valor da causa ser muito baixo, o que ocorre no caso presente, com o*

*desiderato de adequar o valor arbitrado ao trabalho desenvolvido pelo advogado e às peculiaridades envolvidas no caso.*

*5. É proporcional e razoável a majoração dos honorários arbitrados para o quantum de R\$ 1.000,00 (um mil reais), valor mínimo e justo a remunerar dignamente a tarefa exercida pelo profissional.*

*6. Apelação interposta pelo Município embargante conhecida e improvida.*

*7. Apelação interposta pelo embargado conhecida e parcialmente provida para majorar a verba honorária.*

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, aponta-se ofensa ao art. 3º do Decreto-lei n. 4.597/1942, alegando-se, em síntese, que, “tendo decorrido entre a data do trânsito em julgado da sentença (09/09/2010) e o ato executório (05/09/2015), verifica-se a ocorrência da prescrição, devendo o feito ser extinto, com resolução do mérito, nos termos previstos no inciso II do artigo 487 do CPC” (fl. 193e).

Com contrarrazões (fls. 200/211e), o recurso foi admitido (fls. 213/216e).

**Feito breve relato, decidido.**

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

O tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, consignou que não transcorreu o lapso prescrição da pretensão executória, nos seguintes termos (fls. 164/165e):

*No caso, ainda que se considerasse que o trânsito em julgado da sentença do processo de conhecimento - título judicial - se deu na mesma data da homologação do acordo (ao argumento de que as partes renunciaram ao prazo recursal), em 09/09/2010, observo que não ocorreu o transcurso do lapso prescricional, na medida em que a execução foi manejada em 25/08/2015, isto é, dentro do prazo*

quinquenal.

*Por outro lado, a questão a ser desvendada é se na situação restou operada a prescrição pela metade, após a causa interruptiva, inserta no Decreto-Lei nº 4.597/42.*

*Muito bem. A sentença homologatória ocorreu na data de 09/09/2010, entretanto, devido ao não cumprimento da decisão pelo Município de Itaguatins, em audiência realizada no dia 09/05/2013, ficou determinado que as execuções fossem individuais a serem promovidas pelos beneficiários (Evento 1, AUDIENCI7, autos nº 0000757-21.2015.827.2724).*

*Logo, entre a data do último ato processual que determinou a execução individual (09/05/2013), e a data do ajuizamento da ação de execução (25/08/2015), não houve o transcurso de dois anos e meio.*

*Assim, mesmo que se considerasse o prazo prescricional pela metade, a embargada teria dois anos e meio para ajuizar a respectiva execução a partir da data do último ato processual, ou seja, o termo de audiência realizado na data de 09/05/2013, e o fez em 25/08/2015, antes do fim do lapso prescricional.*

*In casu*, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, reconhecer a prescrição, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”, consoante espelham os julgados assim ementados:

**PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. JULGAMENTO DE RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE.**

*1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).*

*2. Inexiste violação do art. 535 do CPC/1973 quando o Tribunal de origem enfrenta os vícios alegados nos embargos de declaração e emite pronunciamento fundamentado, ainda que contrário à pretensão da parte recorrente.*

*3. A Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp. 1.336.026/PE, consolidou a orientação de que: a) incide o teor da Súmula 150 do STF, no sentido de que prazo prescricional da execução é o mesmo da ação de conhecimento; b) na liquidação por cálculos, nos termos da Lei n.*

10.444/2002, reputa-se correta a conta apresentada pelo exequente, quando a requisição judicial de fichas financeiras ou documentos deixar de ser atendida injustificadamente; c) o prazo prescricional tem início a partir da vigência da Lei n. 10.444/2002, que tornou desnecessário qualquer procedimento prévio de efetivação da conta antes de a parte exequente ajuizar a execução.

4. Em sede de Embargos de Declaração, foram modulados os efeitos do decisor, consignando que "para as decisões transitadas em julgado até 17/03/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/06/2017". (EDcl REsp 1336026/PE, Rel. Min. OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 22/06/2018).

5. Hipótese em que a execução foi ajuizada antes do marco temporal definido nos aludidos aclaratórios, tendo sido reconhecido pelo aresto atacado que não houve inércia do credor, que promoveu diligências com vistas à liquidação do crédito.

6. Infirmar o entendimento alcançado pela Corte de origem demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável na via de recurso especial (Súmula 7 do STJ).

7. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1384336/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 28/03/2019).

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PÚBLICA. MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. INÉRCIA DO CREDOR. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. REEXAME DE MATÉRIA DE FATO. SÚMULA 7/STJ.**

1. A Corte de origem não se pronunciou sobre a tese defendida no especial apelo, a saber, a de que em nenhum momento houve inércia do credor quanto à persecução de seu crédito, tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

2. Vigora no STJ o entendimento de que o prequestionamento da matéria pressupõe o efetivo debate pelo Tribunal a quo sobre a tese jurídica veiculada nas razões do recurso especial, não sendo suficiente, para tanto, que a questão tenha sido suscitada pelas partes nos recursos que aviaram perante aquele Sodalício.

3. A desconstituição das premissa lançada pela instância ordinária, segundo a qual a parte recorrente sequer promoveu a liquidação, sendo, portanto, utilizado como marco inicial da contagem do prazo prescricional o trânsito em julgado do mandado de segurança, demandaria novo exame do acervo fático-probatório, procedimento que,

*em sede especial, encontra empeco na Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1233118/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 25/04/2018).

**ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA 150/STF. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO NO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS.**

*1. A jurisprudência do STJ entende que o prazo prescricional para a propositura da ação executiva contra a Fazenda Pública é de cinco anos, contados a partir do trânsito em julgado da decisão condenatória, consoante a Súmula 150 do Supremo Tribunal Federal: "Prescreve a execução no mesmo prazo de prescrição da ação". 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base no contexto fático-probatório, consignou que tal prazo não foi superado. Eis o trecho do julgado: "No presente caso, o trânsito em julgado da sentença homologatória se deu na data de 09/09/2010, sendo o prazo final para a propositura da ação executória a data de 09/09/2015.*

*Como a ação executória foi ajuizada em 08/09/2015, não há que se falar em prescrição do direito, de acordo com o entendimento esposado pelo Superior Tribunal de Justiça. (...) Dessa forma, poder-se-ia ainda tomar como termo a quo do prazo prescricional da execução individual, a data de 06/08/2013 (DJ nº 3164 de 06/08/2013), data em que a exequente - titular do direito - teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo, tendo em vista o inadimplemento do município do débito oriundo do acordo. Assim sendo, por qualquer ângulo que se analise a questão, tem-se que a pretensão deduzida na ação executória não está fulminada pela prescrição, tendo em vista que o transcurso de lapso temporal não ultrapassou cinco anos, seja contado do trânsito em julgado da sentença homologatória (09/09/2010), seja da data em que o titular do direito teve ciência da lesão ao seu direito subjetivo (06/08/2013). Uma vez que a Ação de Execução nº 0000775-42.2015.827.2724, ora em comento, foi protocolada na data de 08/09/2015. (...) Portanto, não merece prosperar o apelo do Município de Itaguatins-TO" (fls. 163-165, e-STJ).*

*3. É inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido.*

*Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido.*

(REsp 1763394/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 19/11/2018).

Por fim, no que tange aos honorários advocatícios, da conjugação dos Enunciados Administrativos ns. 3 e 7, editados em 09.03.2016 pelo Plenário desta Corte, depreende-se que as novas regras relativas ao tema, previstas no art. 85 do Código de

Processo Civil de 2015, serão aplicadas apenas aos recursos sujeitos à novel legislação, tanto nas hipóteses em que o novo julgamento da lide gerar a necessidade de fixação ou modificação dos ônus da sucumbência anteriormente distribuídos quanto em relação aos honorários recursais (§ 11).

Ademais, vislumbrando o nítido propósito de desestimular a interposição de recurso infundado pela parte vencida, entendo que a fixação de honorários recursais, em favor do patrono da parte recorrida, está adstrita às hipóteses de não conhecimento ou improvimento do recurso.

Quanto ao momento em que deva ocorrer o arbitramento dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/15), afigura-se-me acertado o entendimento segundo o qual incidem apenas quando esta Corte julga, pela vez primeira, o recurso, sujeito ao Código de Processo Civil de 2015, que inaugure o grau recursal, revelando-se indevida sua fixação em agravo interno e embargos de declaração.

Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada aquela quando esta não houver sido imposta.

Na aferição do montante a ser arbitrado a título de honorários recursais, deverão ser considerados o trabalho desenvolvido pelo patrono da parte recorrida e os requisitos previstos nos §§ 2º a 10 do art. 85 do estatuto processual civil de 2015, sendo desnecessária a apresentação de contrarrazões (v.g. STF, Pleno, AO 2.063 AgR/CE, Rel. Min. Marco Aurélio, Redator para o acórdão Min. Luiz Fux, j. 18.05.2017), embora tal elemento possa influir na sua quantificação.

Assim, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, de rigor a majoração dos honorários anteriormente fixados de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais; fl. 169e), para R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais).

Posto isso, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora

